

Assembleia Geral Nacional Unificada – AGNU
13 a 15 de março de 2023

Data e Horário da Assembleia: _____

Delegacia Sindical: _____

Nº de filiados ativos presentes: _____

Nº de filiados aposentados presentes: _____

Total de filiados presentes: _____

Observações:

1) As Assembleias deverão ocorrer, obrigatoriamente, entre os dias **13 a 15 de março de 2023**, e a votação dos filiados deverá ser realizada com o registro dos seus votos no sistema eletrônico de votações do Sindireceita das **8h do dia 13/03/2023 às 23h59 do dia 15/03/2023**.

2) Recomenda-se aos filiados a votação após os debates da Avaliação de Conjuntura. Desta forma, todos terão amplo conhecimento dos assuntos a serem deliberados.

3) Recomenda-se a votação de todos os indicativos, independentemente do resultado da votação do indicativo anterior.

4) A convocação complementar e realização de AGNU pelos Delegados Sindicais é obrigatória (§§ 5º e 11 do art. 31 do Estatuto). A não realização de duas AGNU consecutivas implicará na aplicação de sanções à respectiva DS (§ 14 do art. 31 do Estatuto).

INDICATIVO 1

REGIME PERMANENTE DE ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL UNIFICADA

Os Analistas-Tributários aprovam o estado permanente de Assembleia Geral Nacional Unificada. O regime de Assembleia Permanente se justifica pela eventual necessidade de convocação de AGNU imediata, face à gravidade do descumprimento, pelo Poder Executivo, do Termo de Acordo nº 03/2016.

O Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE) e a Diretoria Executiva Nacional (DEN) orientam pela votação no Item 1.1.

1.1 – A favor: _____

1.2 – Contra: _____

1.3 – Abstenção: _____

INDICATIVO 2

Avaliação da proposta de reajuste emergencial encaminhada pelo governo

Os Analistas-Tributários reunidos nesta Assembleia Geral Nacional Unificada devem decidir se aceitam ou não a proposta de **9% de reajuste salarial** a partir do salário de maio, com efeito financeiro em junho, e de **43,6% de reajuste no auxílio alimentação, passando de R\$ 458,00 para R\$ 658,00** oferecido pelo Governo ao conjunto dos servidores públicos federais, após a negociação estabelecida no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente. O governo também se comprometeu a inserir na proposta formal outros itens da chamada pauta não remuneratória que incluem a revogação de normas que afetam a autonomia dos servidores e de suas representações sindicais, além de outros pontos.

1.1 – Aceitam a proposta: _____

1.2 – Rejeitam a proposta: _____

1.3 – Abstenção: _____



**DADOS DO RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES
(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)**

Nome Completo	
Documento de Identidade	
Assinatura	